

Prazo dependerá

de entendimentos

A CPI do Orçamento vai pedir ao plenário do Congresso nova prorrogação no prazo para conclusão dos trabalhos. Uma lista com 24 pessoas a serem ouvidas e a rejeição da proposta de dividir o plenário em dois já convenceu a maioria dos integrantes da CPI de que não haverá tempo para concluir as investigações até o próximo dia 17. A tendência é que seja pedida mais uma semana para que o relator, deputado Roberto Magalhães, dê o seu parecer final e seja feita a votação. Os depoimentos serão concluídos até a data-limite — 17 de janeiro.

O senador Jarbas Passarinho, presidente da CPI, já nomeou uma comissão de notáveis para convencer os líderes partidários — em especial do PFL, que em dezembro tentou impedir a dilatação do prazo —, das dificuldades de se concluir o trabalho em 12 dias. Além da lista de depoimentos, a falta de documentos sobre os 24 depoentes também inviabiliza a realização de investigações em tão curto período.

“Faltam elementos para fazer perguntas consistentes”, alegou o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), um dos defensores da prorrogação de prazo. A CPI quer garantir que todos os citados por José Carlos Alves dos Santos sejam ouvidos.

A prorrogação do prazo encontra resistência não só no PFL e no PMDB — o partido com maior representação no Congresso —, mas principalmente no PPR. A resistência dos partidos deve-se ao prejuízo das investigações ao andamento da revisão constitucional. A proposta de dilatar o prazo do relator foi apresentada pelo deputado Roberto Rollemberg, presidente do PMDB de São Paulo.